

Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 20 de agosto

TCE aponta prejuízos causados por organização social que gerencia HDT

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** determinou, nesta quinta-feira (20), que a Secretaria de Estado de Saúde (SES-GO) apure dano causado aos cofres públicos pela gestão da Organização Social (OS) Instituto Sócrates Guanaes (ISG), que gerencia o Hospital de Doenças Tropicais (HDT). O **TCE** aponta irregularidades como ausência de descontos e retenção de pagamentos que foram feitos sem que se observasse se as metas foram cumpridas.

No acórdão, relatado pelo **conselheiro Edson Ferrari**, o **TCE-GO** constatou - com base em acompanhamento de 2015 de sua Gerência de Fiscalização - que houve aumento financeiro na negociação das metas, mesmo com redução de alguns procedimentos mais onerosos. Desta forma, o tribunal deu o prazo de 15 dias para a SES-GO instaurar a tomada de contas. O resultado deve ser encaminhado ao **TCE** para julgamento em 180 dias.

Confira o acórdão [AQUI](#).

Foram apontadas, ainda, falta do protocolo de cooperação entre entes públicos; deficiência no processo de qualificação da OS; contratação do ISG, em discordância com os preceitos legais e constitucionais; impropriedades no plano de metas e inadequação na forma de pagamento dos serviços prestados; descumprimento contratual na repactuação (negociação) das metas contratadas; realização de procedimentos não habilitados ao perfil do HDT, junto ao SUS; e fiscalização superficial e pouco eficaz por parte da SES-GO.

"Foram-lhes confiadas tais atribuições pela administração e esta espera que sejam exercidas com dedicação, eficiência e eficácia, garantindo-se, com isso, o atingimento do interesse público pretendido e o zelo para com a coisa pública, a fim de evitar ocorrências danosas ao erário", disse o relator.

Segundo Edson, recentemente o **TCE-GO** acompanhou a execução de um contrato de gestão (91/2012) entre SES e o ISG, no qual foram constatadas irregularidades com dano ao erário - diferentes destas apontadas, nesta quinta.

Ele citou que, também naquele momento, foi decidida a apuração, por meio da tomada de contas especial em relação ao pagamento indevido de juros e multa. Na ocasião, foi aplicada multa aos gestores.

Ainda assim, o **conselheiro** reforçou seu apoio aos contratos de administração com organizações sociais. "Os investimentos na área social estão se tornando cada vez mais penosos e, em função disso, o Estado não mais consegue manter-se como provedor. Por essa razão, buscando uma gestão mais moderna, com foco gerencial, permitiu-se a participação da iniciativa privada em setores", disse durante o voto.

Ele completou dizendo que a legislação que autoriza esta parceria público-privada. Para ele, esta "prevê uma melhor utilização dos recursos públicos, uma prestação de serviços mais eficiente e com foco no efetivo atendimento da população, gerando, dessa forma, benefícios para a comunidade".

Em nota, a SES-GO afirma que ainda não foi notificada pelo **Tribunal de Contas do Estado**. "A SES-GO tomará todas as medidas administrativas cabíveis ao caso assim que receber oficialmente as informações."

Site: <https://www.emaisgoias.com.br/secretaria-de-saude-deve-apurar-prejuizos-causados-por-sgestao-do-hdt/>

Governo terá que investigar irregularidades de OS no HDT em 2015

Nielton Soares

O Governo de **Goiás** terá que apurar supostas inconformidades na gestão da Organização Social Instituto Sócrates Guanaes (ISG), na gestão do Hospital de Doenças Tropicais (HDT), em 2015. A determinação foi do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** que solicitou a Secretaria de Saúde de **Goiás** (SES-GO) que instaure procedimento denominado de "Tomada de Contas Especial".

Assim a pasta deverá apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar dano causado aos cofres públicos, casos seja provada a inconformidades na gestão da OS na unidade de saúde. Foi dado prazo de 15 dias para o procedimento, após isso o **TCE-GO** fará o julgamento em 180 dias.

A apuração que apontou possíveis inconformidade foi realizada pelo próprio Tribunal, dentre os quais ausência de descontos e retenções em pagamentos que foram feitos, sem a observação de metas atingidas.

A SES-GO, por nota, informou que ainda não foi notificada pelo **Tribunal de Contas do Estado** e que tomará as medidas administrativas cabíveis, quando receber oficialmente o documento do Tribunal.

Site: <http://www.ohoje.com/noticia/cidades/n/179316/t/governo-tera-que-investigar-irregularidades-de-os-no-hdt-em-2015>

Saúde terá que apurar inconformidades de gestão de OS no HDT em 2015

Eduardo Pinheiro

Determinação do Tribunal de Contas solicita à Secretaria de Estado da Saúde (SES) para instaurar procedimento denominado Tomada de Contas Especial, para apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar dano causado aos cofres públicos por inconformidades na gestão da Organização Social Instituto Sócrates Guanaes (ISG), na gestão do Hospital de Doenças Tropicais (HDT).

A Secretaria da Saúde terá prazo de 15 dias para instaurar a tomada de contas e encaminhar o resultado ao Tribunal para julgamento 180 dias depois.

Investigação realizada pelo TCE constatou ausência de descontos e retenções em pagamentos que foram feitos integralmente, sem observar se as metas foram, de fato, atingidas.

No acompanhamento, concluído em 2015 pela Gerência de Fiscalização, o TCE-GO não encontrou justificativa para o aumento financeiro na repactuação das metas. Na ocasião, houve redução considerável de alguns procedimentos mais onerosos.

No processo, a Auditoria relembrou recente acompanhamento realizado no TCE-GO, cujos trabalhos visaram a avaliação da execução do mesmo contrato de gestão (nº 91/2012) firmado entre a secretaria e a organização social. Na ocasião, ficou evidenciadas várias irregularidades com dano ao erário, entretanto, distintas das atuais. Naquele processo, o órgão também decidiu pela conversão em denominado Tomada de Contas Especial quanto ao pagamento indevido de juros e multas e foi aplicada multa aos gestores.

Em nota, a pasta diz que ainda não foi notificada pelo **Tribunal de Contas do Estado**. A SES-GO tomará todas as medidas administrativas cabíveis ao caso assim que receber oficialmente as informações.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/saude-tera-que-apurar-inconformidades-de-gestao-de-os-no-hdt-em-2015-276569/>

Profissionais de saúde denunciam corte de salário em afastamento por covid

Profissionais credenciados da saúde de Aparecida de Goiânia denunciaram durante manifestação realizada nesta quinta-feira (20) corte de salário após afastamento por covid-19. O protesto, que também contou com servidores efetivos, foi realizado no Cais Nova Era e cobrou direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho, assim como assistência aos servidores.

Com máscara de proteção, cartazes e faixas, cerca de 50 pessoas que trabalham na unidade de saúde participaram da manifestação. Segundo a diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Goiás (SindSaúde-GO), Flaviana Alves, o protesto teve três pautas principais: falta de direitos aos trabalhadores do credenciamento, que são uma espécie de prestadores de serviço; o cumprimento integral do plano de carreira de servidores efetivos e a falta de profissionais e oferta insuficiente de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

A técnica de enfermagem Heloisa Pereira* atua como profissional credenciada no Cais Nova Era, em Aparecida de Goiânia há 4 anos. Desde então, nunca tirou férias. A problemática ganhou episódios ainda mais dramáticos após contrair a covid-19 no trabalho. A mulher foi diagnosticada com o novo coronavírus no dia 8 de agosto e precisou afastar-se da unidade de saúde.

Inicialmente, ela ficou afastada por 14 dias. Porém, por ser do grupo de risco em razão de uma trombose, a profissional teve de ficar mais 7 dias longe do trabalho. "O medo é grande desse corte porque outros colegas tiveram os salários cortados. Eles alegam que somos prestadores de serviço, mas esquecem que adquirimos a doença no trabalho", disse.

Segundo ela, pelo menos 17 pessoas que contraíram a doença temem pelo desconto salarial. "Alguns já tiveram os dias cortados, outros ainda vão descontar. No meu caso, me informaram que os 14 dias de atestado por covid-19 serão pagos, mas os outros 7 dias por conta das consequências da doença serão descontados. Isso é desumano", criticou.

Os profissionais que são considerados autônomos ressaltam, ainda, que não têm direito a férias, insalubridade, 13º e demais direitos trabalhistas. "Se trabalhou recebe, se não trabalhou não recebe. Não temos vale transporte, nem nada do tipo", afirmou uma prestadora de serviço que não quis ser identificada por medo de represálias.

Ela conta que os profissionais de plantão no Cais Nova Era nesta quinta-feira (20) foram proibidos de participar da manifestação na unidade. "Falaram que quem participasse iria ter o ponto cortado. É o tempo todo essas ameaças para deixar as pessoas com medo e elas não lutarem por direitos (sic)", afirmou.

Para a diretora do Sindsaúde, Flaviana Alves, a realidade dos credenciados está completamente errada. "Esses trabalhadores vivem uma situação muito delicada. Eles adoeceram trabalhando e ao serem afastados, perderam parte do seu sustento, além de já não terem uma série de direitos trabalhistas".

Ainda de acordo com Flaviana, a manifestação ocorreu para cobrar cumprimento integral do plano de carreira dos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme informa ela, seis anos após aprovação da Lei Complementar Nº 085/14, a Prefeitura ainda não cumpriu o Artigo 7, que trata da proporcionalidade salarial entre os cargos gerando a defasagem salarial da categoria.

Flaviana Alves acrescenta ainda que a falta de profissionais e a oferta insuficiente de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são obstáculos que os trabalhadores precisam driblar todos os dias para continuar prestando atendimento.

"É preciso garantir as condições necessárias para que eles possam trabalhar. Portanto, o Sindsaúde espera

que a partir desta atividade no Cais Nova Era, as negociações com a gestão de Aparecida avancem e que possamos solucionar esses problemas o quanto antes. Temos que ter um caminho", completou.

A Prefeitura de Aparecida de Goiânia se manifestou por meio de nota enviada pela Secretaria Municipal de Saúde. Veja a íntegra:

"A Secretaria de Saúde de Aparecida de Goiânia reconhece como legítima as reivindicações dos trabalhadores e esclarece que tem tomado todas as medidas jurídicas necessárias para a proteção de quem atua na rede de Saúde municipal, de forma a garantir todos os seus direitos, sem infringir a Lei Eleitoral.

Para isso, informa que tem atuado junto ao Ministério Público de Goiás, Tribunal de Contas do Município, **Tribunal de Contas do Estado**, Câmara Municipal de Aparecida e o próprio SindiSaúde, para tratar dos temas propostos.

Informa ainda que só nesta semana foram realizadas duas reuniões virtuais com a presença de representantes das categorias e, conforme acertado, a Secretaria aguarda a homologação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que deverá ser enviado pelo Ministério Público nos próximos dias, para então enviar à Câmara o Projeto de Lei que permitirá o pagamento de benefício aos credenciados do município acometidos por Covid, sem infração da Lei Eleitoral".

Site: <https://www.emaisgoias.com.br/profissionais-de-saude-denunciam-corte-de-salario-em-afastamento-por-covid/>

Saúde terá que apurar inconformidades de gestão de OS no HDT em 2015

Secretaria da Saúde terá prazo de 15 dias para instaurar a tomada de contas

Determinação do Tribunal de Contas solicita à Secretaria de Estado da Saúde (SES) para instaurar procedimento denominado Tomada de Contas Especial, para apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar dano causado aos cofres públicos por inconformidades na gestão da Organização Social Instituto Sócrates Guanaes (ISG), na gestão do Hospital de Doenças Tropicais (HDT).

A Secretaria da Saúde terá prazo de 15 dias para instaurar a tomada de contas e encaminhar o resultado ao Tribunal para julgamento 180 dias depois.

Investigação realizada pelo TCE constatou ausência de descontos e retenções em pagamentos que foram feitos integralmente, sem observar se as metas foram, de fato, atingidas.

No acompanhamento, concluído em 2015 pela Gerência de Fiscalização, o TCE-GO não encontrou justificativa para o aumento financeiro na repactuação das metas. Na ocasião, houve redução considerável de alguns procedimentos mais onerosos.

No processo, a Auditoria lembrou recente acompanhamento realizado no TCE-GO, cujos trabalhos visaram a avaliação da execução do mesmo contrato de gestão (nº 91/2012) firmado entre a secretaria e a organização social. Na ocasião, ficou evidenciadas várias irregularidades com dano ao erário, entretanto, distintas das atuais. Naquele processo, o órgão também decidiu pela conversão em denominado Tomada de Contas Especial quanto ao pagamento indevido de juros e multas e foi aplicada multa aos gestores.

Em nota, a pasta diz que ainda não foi notificada pelo **Tribunal de Contas do Estado**. A SES-GO tomará todas as medidas administrativas cabíveis ao caso assim que receber oficialmente as informações.

Fonte

Site: <https://portalnettoreis.com.br/2020/08/20/saude-tera-que-apurar-inconformidades-de-gestao-de-os-no-hdt-em-2015/>